



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**

**Sessão Ordinária realizada no dia 03 de dezembro de 2018**

**ATA Nº 6/2018**

- Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, no edifício da sede desta Freguesia, sita na rua Soares dos Reis, n.º 1154, presidida por Tiago Filipe da Costa Braga. Constituíram a mesa a 1ª Secretária, Carla da Silva Machado e como 2º Secretário Arnaldo da Rocha Ferreira da Silva.

- Feita a chamada, após efetuadas as substituições pedidas abaixo discriminadas, registou-se a **presença dos membros:** Tiago Filipe da Costa Braga, Carla da Silva Machado, Barbara dos Santos Martins, Luciana da Costa Reis, Maria Helena Fortunato Figueiredo, Hélder Serafim da Silva Ribeiro, Diogo Filipe Prada da Silva, Nuno Filipe Oliveira Cardoso, Bruno Alexandre Tavares de Castro Pimentel, Ricardo Miguel Eusébio de Campos, José Manuel da Silva Ferreira e Diogo Miranda e Gonçalves Guimarães Fonseca do PS, Gustavo Leite Gama, António José da Silva Pereira, Francisco Nascimento, Ondina Maria Azevedo Almeida Luz Duarte e João Telmo Marques Espinhaço do PSD, Elsa Dias da Silva da CDU, Paula Maria Militão de Lemos Valentim e Tiago Santos do BE e José Ricardo Dias Lopes do CDS/PP.

- **Do Executivo estiveram presentes:** Presidente, João Paulo Moreira Correia, Alexandra Mónica Soares Amaro, José Carlos de Almeida Morais Soares, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, Domingos José da Silva Coelho, Daniela Pereira Vieira, Hélder Filipe Garcia de Abreu da Costa.

- **Foram pedidas as substituições,** pelos respetivos líderes parlamentares, de Arnaldo da Rocha Ferreira da Silva (PS) por Nuno Filipe Oliveira Cardoso (PS), de Miguel Marques de Lemos Rodrigues (PS) por Bruno Alexandre Tavares de Castro Pimentel (PS), de Maria Rosalina Freitas de Oliveira Santos (PS) por Ricardo Miguel Eusébio de Campos (PS), de André Filipe Nogueira Rodrigues (PS) por José Manuel da Silva Ferreira (PS), de Isabel Leite Ferreira por Diogo Miranda e Gonçalves Guimarães Fonseca (PS) e de Ana Andreia dos Santos Ferreira Castelo (PSD) por Francisco Diogo Cabral Nascimento (PSD).

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** chamou para constituir a mesa o Senhor Hélder Serafim da Silva Ribeiro.

**1. Período de Intervenção Aberto ao Público**

- **Sr. André Pereira:** desejou a todos, uma boa quadra festiva. Fez um apontamento de curiosidades sociais da Freguesia de Vilar do Paraíso, deixando um registo do seu conhecimento da Freguesia de Vilar



do Paraíso entre o Jardim de Vilar do Paraíso e o Largo dos Monteiros e o troço da Rua Dr. Florido Toscano, entre o período das décadas de 1960 e 2000, registou a existência de determinadas atividades económicas que atualmente não existem. Como exemplos, uma florista, uma banca de venda de jornais, um farrapeiro, o que presentemente se chama um ecocentro, atividade que fazia a recolha do papel, tecidos, metais e depois selecionava-os e mandava-os para reciclar.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia:** não havendo mais nenhuma inscrição para o período aberto ao público encerrou este ponto.

## 2. Leitura, Discussão e votação das atas

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia:** colocou a votação as atas n.º 1 e 3 de 2018, informando que as versões apresentadas a votação já refletem o processo de articulação entre as várias forças políticas no âmbito dos trabalhos de preparação da presente assembleia.

- **Sr. António Pereira:** solicitou a palavra para referir que a ata n.º 3/2018 continha erros tendo incidido essa análise no facto da ata assinalar como subscritor do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Belmiro Beirão o Sr. Ricardo Dias Lopes do CDS/PP e não o PSD.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia:** relembrou que as atas apresentadas refletem um processo de análise com todos os representantes presentes na Assembleia de Freguesia desenvolvida no âmbito do processo de preparação da presente Assembleia.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** colocou as atas a votação:

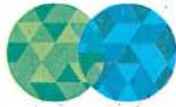
- A Ata n.º 1/2018 foi aprovada por unanimidade sendo apenas contabilizados os elementos presentes na referida sessão.

- A Ata n.º 3/2018 foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do PS (8), do PSD (1), do BE (1), da CDU (1) e do CDS/PP (1) e votos contra do PSD (2).

## 3. Período de Antes da Ordem do Dia

- **Membro Tiago Santos (BE):** apresentou uma Proposta de Recomendação para atribuição do Nome de João Semedo a um arruamento da Freguesia. Esta Moção encontra-se em anexo à presente ata e foi lida em voz alta (Vide doc. 1).

- **Membro Ricardo Lopes (CDS/PP):** apresentou duas recomendações/sugestões a esta Assembleia. A primeira associada ao tema da desagregação de freguesias, (Vide doc. 2), na sequência da intervenção



do Senhor Ministro da Administração Interna que no seu entendimento encaminha o ónus do processo para os autarcas, e a segunda proposta associada à Estação do Metro (Vide. Doc. 3).

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** referiu, a propósito da proposta apresentada pelo CDS/PP, que uma proposta da CDU versando o mesmo tema, e após entendimento da Assembleia para a necessidade de se proceder à realização de uma Assembleia extraordinária para garantir um debate mais alargado, foi retirada da análise e votação. Neste sentido solicitou à Assembleias que propostas versando este tema fossem retiradas para posterior discussão.

- **Membro Paula Valentim (BE):** reforçou o exposto pelo sr. Presidente da Assembleia referindo ainda que o BE também teria a intenção de submeter proposta no mesmo tema e que não fez então por forma a atender ao pedido entretanto submetido para realização de assembleia extraordinária específica sobre o tema da reorganização administrativas das freguesias.

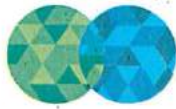
- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia:** Reforçou o referido anteriormente sobre a importância do tema ser discutido cabalmente e que tal só seria atingido com a realização de sessão extraordinária.

- **Membro Ricardo Lopes (CDS/PP):** Sugeriu que, mesmo não havendo um dispositivo legal para tal, e não colocando em causa o trabalho, classificando-o de muito bom, desenvolvido por parte deste e do anterior executivo em termo da união de Freguesias, que se proceda, e esse é o sentido da recomendação, tendo em consideração o interesse da população, dada a dimensão enorme da união de freguesias, à possível desagregação da mesma. Reconhece, no entanto, que esta é uma discussão futuro porquanto ainda não existe o instrumento legal para esse efeito. A segunda sugestão que abordou, mesmo sabendo que a junta não é competente para tal, prendeu-se com a estação do Metro de Santo Ovídio que por se encontrar no meio de uma rotunda o CDS considera um tremendo erro que importa corrigir rapidamente, sugerindo que o acesso à estação de Metro pudesse ser através do passeio onde se localiza o Quiosque de Santo Ovídio ou a partir da plataforma/jardim em frente ao Monte Branco ou CGD.

- **Membro Francisco Diogo Cabral Nascimento (PSD):** Apresentou uma Moção sobre a Desagregação das Freguesias. (Vide doc.4).

- **Membro António José da Silva Pereira (PSD):** Disse não terem sido dadas respostas às questões levantadas na Sessão de 24 de setembro de 2018 e relacionadas com as áreas ajardinadas da Freguesia e os respetivos protocolos com o Município de Gaia. (Vide doc.5).

- **Membro José Manuel da Silva Ferreira (PS):** Apresentou um Voto de Congratulação intitulado "Voto de Congratulação pela Aprovação do Orçamento do Estado para 2019", o qual foi lido em voz alta e se encontra em anexo à presente ata (Vide doc. 6).



- **Membro Luciana da Costa Reis (PS):** Fez apresentação de um Voto de Congratulação, o qual foi lido em voz alta e que se encontra anexo à presente ata (doc. 7). Seguidamente apresentou um Voto de Pesar por Manuel Santos Serra, o qual foi lido em voz alta e se encontra em anexo à presente ata (Vide doc.8).

- **Membro Bruno Alexandre Tavares Castro Pimentel (PS):** Apresentou um documento intitulado “Gaia, a City that Works”, que foi lido em voz alta e se encontra em anexo à presente ata (Vide doc.11)

- **Membro Nuno Filipe Oliveira Cardoso (PS):** Apresentou a Moção intitulada “Apoio à posição da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia quanto à manutenção do SASU de Soares dos Reis”, a qual foi lida em voz alta e se encontra em anexo à presente ata (Vide doc.9).

- **Membro José Ricardo Dias Lopes (CDS/PP):** Apresentou um Voto de Congratulação intitulado “25 de novembro de 1975”, que foi lido em voz alta e se encontra em anexo à presente ata (Vide doc. 10).

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Começou por dizer que iria responder às questões que foram levantadas, com a exceção da Desagregação de Freguesias, que iria deixar para o fim. Relativamente ao SASU de Soares dos Reis, disse que de facto não faria sentido qualquer deslocalização do SASU do Centro de Saúde de Soares dos Reis para o Centro de Saúde de Vilar de Andorinho, não só porque o SASU de Soares dos Reis serve uma população numerosa, que a partir de Vilar de Andorinho o SASU não conseguiria servir. A posição da Junta de Freguesia desde o primeiro dia é que essa deslocalização é temporária, foi definida por um prazo de seis meses, acrescentando que a Junta de Freguesia, obviamente com o apoio do Presidente da Câmara, está determinada a levar até às últimas consequências que essa data de seis meses seja cumprida. Afiançou que a Junta tudo fará para que assim seja, em benefício dos utentes. Relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, do Senhor Representante Tiago dos Santos, para a atribuição do nome de João Semedo a uma das artérias da nossa União de Freguesias, a Junta de Freguesia acorda e subscreve esta recomendação. Esclareceu que o processo administrativo para atribuição de nomes, a chamada toponímia a arruamentos do Concelho, é feito da seguinte forma: a Câmara Municipal solicita à Junta de Freguesia para propor nomes, como aconteceu recentemente para uma artéria em Mafamude, rua essa que está localizada numa nova urbanização que fica entre a Avenida João Pinto, Rua Raimundo de Carvalho, Rua Quinta Paço de Rei e a Avenida Vasco da Gama, estando portanto nesse quadrângulo de arruamentos que citou e pediu à Junta de Freguesia que desse uma sugestão para atribuir o nome do principal arruamento dessa urbanização. A junta de Freguesia propôs o nome do Padre Jorge Duarte e a Câmara Municipal aprovou. Nos últimos cinco anos, desde a agregação de freguesias, a Junta conseguiu colocar o Balcão do CTT, dentro das instalações da Junta de Freguesia, conseguiu um Espaço de Cidadão, uma mini loja do Cidadão em Vilar do Paraíso, ter aberto, no sábado último, uma nova Secretaria numa outra zona da Freguesia mais carenciada de serviços. Disse que o objetivo da Junta sempre foi, “mais serviços e mais



descentralizados”, mais próximos dos Cidadãos. Afirmou ser um caminho que tem sido feito desde a tomada de posse. Concluiu dizendo que desde que foi eleito Presidente de Junta, foi efetuado um caminho de aproximação aos cidadãos, e que o facto da junta ser agregada em nada obstou a esse objetivo.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia:** não havendo mais intervenções colocou à votação as propostas apresentadas pela ordem de chegada dos documentos à mesa.

- A Proposta de Recomendação do BE (Vide Doc. 1) para atribuição para uma artéria do Concelho do nome de João Semedo, foi aprovada. A favor – 15 votos (12 PS + 2 BE + 1CDU); Abstenções – 6 votos (5 PSD + 1 CDS/PP); Contra – 0 Votos.

- A Proposta de Recomendação do CDS/PP (Vide Doc. 2) para desagregação da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso foi rejeitada. A favor – 7 votos (5 PSD + 1 CDU + 1 CDS/PP); Abstenções – 0 votos; Contra – 14 votos (12 PS + 2 BE).

- A Proposta de Recomendação do CDS/PP (Vide Doc. 3) relativa à Estação do Metro da Estação de Santo Ovídio foi aprovada por unanimidade.

- A Moção do PSD (Vide Doc. 4) para desagregação da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso foi rejeitada. A favor – 7 votos (5 PSD + 1 CDU + 1 CDS/PP); Abstenções – 0 votos; Contra – 14 votos (12 PS + 2 BE).

- A Congratulação do PS (Vide Doc. 6) pela aprovação do Orçamento de Estado foi aprovada. A favor – 15 votos (12 PS + 2 BE + 1CDU); Abstenções – 6 votos (5 PSD + 1 CDS/PP); Contra – 0 Votos.

- A Congratulação do PS (Vide Doc. 7) pela Igualdade foi aprovada. A favor – 15 votos (12 PS + 2 BE + 1CDU); Abstenções – 6 votos (5 PSD + 1 CDS/PP); Contra – 0 Votos.

- O Voto de Pesar do PS (Vide Doc. 8) pelo falecimento de Manuel Santos Serra foi aprovada por unanimidade.

- A Moção do PS (Vide Doc. 9) pela manutenção da SASU do Centro de Saúde de Soares dos Reis foi Aprovada. A favor – 14 votos (12 PS + 2 BE + 1CDU); Abstenções – 7 votos (5 PSD + 1 CDU + 1 CDS/PP); Contra – 0 Votos.

- O Voto de Congratulação do CDS/PP (Vide Doc. 10) pelo 25 Novembro de 1975 foi rejeitado. A favor – 6 votos (5 PSD + 1 CDS/PP); Abstenções – 0 votos; Contra – 15 votos (12 PS + 2 BE + 1 CDU).

- **Sra. Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Fez uma Declaração de Voto. A CDU votou favoravelmente esta Moção (Doc. 4) tal como a Recomendação do CDS (Doc. 2), porque esta é uma reivindicação da CDU, desde o início deste processo. A CDU congratula-se com o facto de tanto o PSD como o CDS, virem hoje aqui reconhecer o seu erro do passado.



- **Sr. Ricardo Miguel Eusébio de Campos (PS):** Referiu que faria chegar à mesa a declaração de voto, contra do Partido Socialista, tanto nesta Moção do PSD, como naquela apresentada pelo CDS.
- **Sra. Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Fez uma declaração de voto, sobre a abstenção da CDU, relativamente à votação do Doc. N.º 9, não por estar contra a posição da Câmara Municipal, mas porque esta posição não foi anunciada atempadamente à população nem nos órgãos autárquicos nem junto dos utentes por forma a evitar mal entendidos se é que de facto foi sempre esta a sua posição.

#### 4. Período da Ordem do Dia

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** findo o período de votações deu início ao período da ordem do dia começando o mesmo pelo ponto 4.1 de Tomada de Posse da Provedora do Cidadão. Solicitou à Assembleia para testemunhar o Auto de Posse da D. Joana Isabel Silva Vieira como Provedora do Cidadão, pedindo que a mesma efetuasse uma breve intervenção. O Sr. Presidente da Assembleia passou a ler o auto de tomada de posse que se encontra anexo à presente ata.
- **Sra. Joana Isabel Silva Vieira:** agradeceu o voto de confiança na sua pessoas referindo esperar estar à altura das expectativas. Referiu que irá cumprir com transparência e de forma idónea o mandato dignificando esta função, pois considera a figura do Provedor do Cidadão algo que materializa a modernização administrativa. Estando disponível para fazer uma efectiva imediação e de uma ponte daquilo que é o serviço local, o serviço local público e aquilo que é as manifestações de insatisfação ou as críticas que os cidadãos poderão ter.
- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** O Orçamento que foi apresentado traduz aquilo que é um ganho da reorganização dos serviços que fizemos no primeiro ano deste mandato, refiro-me concretamente ao facto da nossa contabilidade conseguir hoje reproduzir por completo toda a despesa associada a cada atividade que é desenvolvida pela Junta de Freguesia, mais concretamente, conseguimos trazer à Assembleia de Freguesia todas, sem exceção, todas as atividades que a Junta de Freguesia organiza e todas aquelas que a Junta de Freguesia apoia, sejam iniciativas que se fazem em Vilar do Paraíso ou Mafamude, que recebem o apoio da Junta de Freguesia, apoio direto e indireto, como também, para além de se conseguir elencar todas sem exceção, conseguir definir o valor da despesa, de toda a despesa associada a essa atividade. Acrescentou ainda que no caso das atividades que têm receita, tal facto também acomodado no sistema. Disse que quem consultar o Plano de Atividades, quer no Orçamento da Despesa, quer no mapa anexo onde são elencadas todas as atividades que a Junta pretende organizar em 2019, irá reparar que algumas atividades só têm despesa associada, no mapa da despesa, mas algumas também geram receita para a Junta de Freguesia. Deu o exemplo do passeio dos idosos. Esse passeio representa um encargo para a Junta de Freguesia, apesar da Freguesia receber um subsídio atribuído pela Câmara Municipal por protocolo, constituindo uma



receita dessa atividade, bem como o valor cobrado a cada inscrito no valor de treze euros por pessoa o que representa uma segunda receita da atividade. A Junta de Freguesia quando organiza, como está a organizar neste momento o convívio de Natal dos mais seniores, tem uma despesa que é aquela que consta no Plano de Atividades, mas também tem uma receita associada ao valor de inscrição vezes o número de pessoas que se inscrevem. Quando a Junta de Freguesia organiza a Colónia de Férias Juvenil que é uma das grandes apostas para 2019, uma nova atividade que e explicarei mais à frente, tem o volume da despesa englobado porque é uma atividade que se pretende organizar na Páscoa e no verão para crianças que frequentam o quinto ao nono ano de escolaridade. Neste aspeto mais esclareceu que esta iniciativa visa complementar a resposta dada pelo Gaia Aprende, mais orientada para a pré e para a primária. Concluiu sobre este tema dizendo que a Junta vai criar uma resposta até ao nono ano de escolaridade, quinto ao nono. Contabilisticamente disse ter uma despesa associada mas também tem a receita das inscrições. Esclareceu que o valor que é apresentado no Plano de Atividades, de cerca de trezentos e cinquenta mil euros, é um valor que representa a despesa bruta à qual tem que ser deduzida alguma receita considerável que a Junta tem para fazer face a essa despesa. Disse que para além do quadro das atividades, também é apresentado o quadro do Plano Plurianual de Investimentos, que a Junta de Freguesia revê todos os anos, e onde estão definidos os investimentos que a Junta de Freguesia assume até ao final do mandato. Começando por aquilo que é a estratégia, a estratégia da Junta, no primeiro ano do mandato como anunciamos várias vezes, tenho sempre o cuidado de anunciar que em todas as cerimónias que a Junta de Freguesia promove, como no passado sábado, foi um ano em que nos dedicamos a três objetivos principais, o primeiro reorganizar e melhorar os serviços da Junta de Freguesia, fizemos uma reforma a este nível com algumas medidas que ajudaram a melhorar a capacidade de resposta da Junta de Freguesia, do lado dos Recursos Humanos, não se consegue assegurar serviços, nos cemitérios, nas ruas, nos jardins, na Ação Social, nas secretarias e nos balcões do CTT, sem pessoas, portanto, quem acha que se consegue prestar um serviço atacando os funcionários, cortando os salários ou aumentando os impostos sobre os rendimentos, ou seja desmotivando o trabalho, não vai certamente por um bom caminho e esse nunca foi o nosso caminho: Disse acreditar sempre que um quadro de pessoal motivado é a primeira garantia para a prestação de melhor serviço e por isso no ano de 2018, avançamos para a reedição do SIADAP, que é o Sistema de Avaliação e Desempenho da Administração Pública, por força do descongelamento das carreiras, que foi uma medida que o Orçamento do Estado aprovou para o ano de 2018 e se prolongará para o ano de

2019. O descongelamento obriga à reativação do Sistema de Avaliação de Desempenho que é uma forma dos funcionários progredirem na carreira e com isso de x em x tempo, o seu vencimento aumenta. Disse que foi introduzido também um software de registo de pontualidade e assiduidade que



conseguiu poupar muitas horas que estavam perdidas por causa da centralização do registo da pontualidade e assiduidade, os chamados livros de ponto, o software permite que o funcionário se apresente no local de trabalho. Foram aproveitadas as novas tecnologias, a Junta de Freguesia fez um investimento nesse software e também poupa horas de trabalho aos Recursos Humanos, libertando a funcionária dos recursos humanos para atendimento ao público. Disse que a contabilidade está em Mafamude os Recursos Humanos estão em Vilar do Paraíso, permitindo que as horas extras e os dias de trabalho de cada funcionário sejam automaticamente lançados no sistema, através do registo de pontualidade e assiduidade, a partir do momento em que faça o registo, se fizer num espaço físico, como nas sedes das juntas ou nos cemitérios. Esta introdução de tecnologia na organização da Junta de Freguesia tem permitido aperfeiçoar também os métodos de trabalho, foi também do lado dos Recursos Humanos, como sabem, como foi aprovado no último Orçamento da Junta de Freguesia que fizemos a integração de doze colaboradores que se encontravam em situação precária e que pertencem atualmente aos quadros da Junta de Freguesia. Conseguimos reformular os contratos dos CTT, os contratos que a Junta de Freguesia herdou há cinco anos com os CTT, obrigava a Junta de Freguesia a despende de quantias, que para nós são valiosas junto dos CTT, todos os meses para aquisição de envelopes e selos. Quero recordar que há cinco anos, quando cheguei à Junta de Freguesia, os balcões dos CTT não vendiam selos, é um pouco contra natura ter balcões dos CTT que estavam impedidos de vender selos, mas eram contratos que as ex Juntas de Mafamude e Vilar do Paraíso tinham com os CTT e para além de não venderem selos ainda eramos obrigados a comprar um número mínimo de envelopes a pronto pagamento junto dos CTT, ou seja, tínhamos que ter esse dinheiro deste lado e nem todos os meses tínhamos tesouraria para isso, para colocar à venda os envelopes nos balcões, demoravam semanas a serem vendidos e só depois a Junta de Freguesia, quando vendia o ultimo envelope desse lote é que era ressarcida desse investimento, acabava de ser um investimento, um adiantamento, melhor dizendo por parte da Junta de Freguesia, acabou o tempo em que a Junta não vendia selos, os balcões dos CTT há acerca de mais de três anos que vendem selos. Avançamos com o Espaço Cidadão, uma iniciativa da Câmara Municipal com a Agência para Administração Administrativa e com a Junta de Freguesia, uma iniciativa tripartida, Gaia é dos poucos Concelhos do país que tem um Espaço de Cidadão em todas as suas Juntas de Freguesia, em Mafamude o Espaço Cidadão funciona na Sede do Município, em Vilar do Paraíso funciona na Junta de Freguesia, tirando a renovação da carta de condução e do cartão de cidadão, é possível fazer praticamente tudo no Espaço Cidadão, e esse espaço é disponibilizado desde

sensivelmente um mês a esta parte, também, em Vilar do Paraíso, em Mafamude estava sediado na Câmara Municipal e continua. Faltavam dois passos para concretizar esta reforma, que era abrir a nova



Secretaria da Junta, em Cabo Mor, na Rua Diogo Cão, abriu hoje, foi inaugurada no sábado, funciona das oito e meia às catorze horas, representa um investimento de cerca de dez mil euros para a Junta de Freguesia. Tivemos necessidade de fazer uma reabilitação no exterior, no telhado e no interior do edifício o chamado Centro Comunitário, como também tivemos que adaptar o terreno que está em frente para um parque de estacionamento, em terra batida, fizemos também uma obra de passeio, isto tudo junto representa um investimento de cerca de dez mil euros, investimento esse, que do nosso ponto de vista, será altamente rentabilizado pela proximidade que a Junta dará a milhares de pessoas que moram naquela zona da Freguesia de Mafamude. O último passo, passará pela certificação dos serviços da Junta de Freguesia, como sabem estamos a introduzir e a adaptar os serviços à norma que certifica a implementação do sistema de certificação de qualidade, é mais um desafio para os serviços da Junta, para os seus Recursos Humanos, sobretudo, tem subjacente um objetivo maior que é de melhorar ainda os serviços, colocando a Junta de Freguesia num patamar de desempenho máximo, no melhor daquilo que Administração Pública consegue oferecer ao nível Autárquico. É evidente que todas estas medidas como introdução do novo software, como o investimento que a Junta faz do seu Orçamento nos serviços, investimento de material, cairia por terra se não houvesse de facto qualidade nos Recursos Humanos e motivação dos Recursos Humanos para representarem a Junta de Freguesia na sua relação com os cidadãos, este foi portanto um dos três grandes objetivos da Junta de Freguesia, está propriamente conseguido. Depois ao mesmo tempo, cumprir o Plano de Atividades que assumimos para o ano de 2018, realizar todas essas atividades e realiza-las bem, não esquecer que muitas dessas atividades que a Junta de Freguesia apoia, se não é com o apoio da Junta as instituições não têm capacidade financeira para realizar essas atividades, o apoio da Junta financeiro, logístico é fundamental para a realização de muitas atividades em todas as áreas. A Junta de Freguesia procurou em todas elas o apoio máximo e isso conseguimos, conseguimos estabilizar o cartaz de atividades culturais, recreativas, desportivas e sociais. O terceiro grande objetivo, que era fundamental, também, para nós, era definir com a Câmara Municipal aquilo que são as grandes obras para este mandato, foi no primeiro ano do mandato que se projetaram as grandes obras para Mafamude e Vilar do Paraíso e hoje, no fim do primeiro mandato, no primeiro ano do mandato e na porta do segundo ano do mandato, com a aprovação deste Plano e Orçamento, estamos em condições de enunciar os grandes investimento para Mafamude e Vilar do Paraíso, não estou a dizer os únicos Investimentos, estou a falar de grandes investimentos, não confundir os únicos com os grandes investimentos. Em Vilar do Paraíso a reconstrução do Pavilhão Desportivo, que terá a conclusão do projeto da arquitetura de

especialidades em 2019 é uma das grandes obras, não diria só do mandato, mas deste ciclo político, será das obras mais marcantes, mais impactantes deste ciclo político para o futuro, como também no





ano de 2020; o mais tardar, teremos o arranque do arruamento que ligará a Rua da Igreja à Rua da Corujeira em Vilar do Paraíso, criando um circuito de acesso à Igreja e Cemitério de Vilar do Paraíso e uma nova frente com estacionamento para a Igreja de Vilar do Paraíso. Em Mafamude para além da extensão da Linha do Metro que é uma decisão e uma obra do Governo do Partido Socialista e da Câmara Municipal de Gaia, teremos a requalificação, uma mega obra de requalificação envolvente ao Cemitério e à Igreja de São Cristovão de Mafamude, será das obras mais revolucionárias da área urbana de Vila Nova de Gaia, resolverá todos os problemas, felizmente nós não temos necessidade de alargar o Cemitério de Mafamude, o trabalho que a Junta faz semanalmente no Cemitério, permite ter sempre um largo conjunto de sepulturas vagas para que não se regresse ao tempo em que não se conseguia sepultar os Mafamudenses no Cemitério de Mafamude, esse tempo já lá vai, mas irá resolver os problemas da entrada principal do cemitério, das casas de banho do cemitério, de um espaço tipo Praça de uma dimensão gigante que nascerá ali, para que a Freguesia tenha um espaço de encontro que não seja só, aquela zona onde está a Praça de Natal, na Rua Alvares Cabral, como também para além disso tudo irá ajudar a melhorar o trânsito na Rua Raimundo de Carvalho, naquele momento em que a rua estreita mais em direção ao El Corte Inglés, portanto será uma obra revolucionária que irá requalificar aquela zona toda e provavelmente dependerá muito também dos candidatos a esse concurso, provavelmente trará mais umas centenas de lugares de estacionamento naquela zona, ajudará a resolver vários problemas que persistem naquela zona. Uma segunda obra que não é da autoria da Câmara, mas sim da Paróquia de Santo Ovídio, que será a candidatura da conclusão do Auditório da Paróquia de Santo Ovídio, a obra está numa fase, está em cimento e tijolo, portanto está em bruto, precisa de ser concluída, essa conclusão da obra representa largas centenas de milhares de euros, a Paróquia não tem capacidade financeira para concluir a obra, a proposta que foi feita à Paróquia, foi a candidatura a um programa "Portugal 2020" e a Câmara assume a comparticipação nacional e deixa de ser da Paróquia e passa a ser da Câmara Municipal e a Paróquia depois da conclusão do Auditório, obviamente que isso fará parte do acordo e do contrato que certamente a Câmara irá assinar com a Paróquia, compromete-se a ceder o Auditório para eventos municipais e da Freguesia, porque nós não temos neste momento em Gaia, o único Auditório que temos em Gaia é o Auditório Municipal que tem cerca de trezentos e cinquenta lugares, ganharemos uma escala que não temos em Mafamude e Vilar do Paraíso e onde será possível juntar, por exemplo, todos professores e auxiliares de ação educativa que temos na nossa União de Freguesias, que uma vez que quisemos juntar, juntamos no Auditório Municipal, mas com a lotação de trezentos lugares, para quinhentas inscrições que tivemos para um

concerto, percebemos que estamos a falar sempre de uma Freguesia que tem uma escala muito maior que a média das freguesias, portanto obriga-nos a ter equipamentos também adequados a esta

13



dimensão. Uma outra obra muito relevante é a ligação rodoviária entre a Rua do Fial e a Rua Quinta da Serpente, por altura do encerramento do Túnel de Laborim, em que o trânsito teve que ser desviado pela Rua Escola de Laborim e através da nova Rotunda que foi construída no acesso à autoestrada e de acesso à Rotunda de Santo Ovídio, surgiu a ideia de concluir uma ligação rodoviária como disse entre a Rua do Fial e a Rua Quinta de Serpente, essa zona da Freguesia de Mafamude, que é a zona do Fial, da Travessa do Fial, da Rua do Roseiral, da Rua da Alemã e aquela zona de Laborim de Cima está muito encostada a Vilar de Andorinho, aliás o fim da Rua do Fial é fronteira com Vilar de Andorinho e as pessoas só têm uma saída para se deslocarem para o trabalho ou para saírem da zona de residência, a empresa cedeu terreno para o arruamento, brevemente irá a uma reunião de Câmara, para a Câmara avançar com a obra e portanto conseguiremos fazer a ligação rodoviária entre Mafamude e Vila de Andorinho, ou seja entre aquela zona da Freguesia de Mafamude, da Rua do Fial, da Rua do Roseiral e Laborim de Cima, e a zonas das Piscinas, da Piscina e do Pavilhão de Vila D'Este, não, pelo facto de estarem aí localizados um Pavilhão com Piscina, mas porque logo a seguir existe o nó da auto estrada, colocando o automobilista no acesso à Ponto do Freixo, à Ponte da Arrábida e A29, é um acesso rápido à auto estrada e portanto é uma obra revolucionária e que é a mobilidade daquela zona da Freguesia, portanto estas são aquelas que nós consideramos as grandes obras, não esquecendo o Parque de Estacionamento que já está em fase de montagem de estaleiro nas traseiras da Estação de D. João II, que vem criar lugares de estacionamento, se calhar não suficientes para procura que esta zona tem, mas já é uma primeira resposta que a Câmara Também dá a esse problema, portanto foi durante este primeiro ano do mandato, que procuramos definir e coordenar com a Câmara Municipal, e com o Presidente, aquilo que são as grandes obras para Mafamude e Vilar do Paraíso. Relativamente àquilo que são os nossos compromissos em cada área de atividade, avançaremos para a reorganização dos cemitério, isto significa que a Junta de Freguesia, nos últimos quatro anos, depois de ter adquirido um software para a gestão dos cemitérios teve que introduzir os dados nesse software, os dados do Cemitério de Vilar do Paraíso, de Cemitério de Mafamude e da Secção de Vilar de Andorinho que ainda está à responsabilidade da Junta de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso. Essa inserção de dados foi feita por um funcionário, demorou o seu tempo, os nossos recursos humanos são limitados, em termos de números de pessoas, mas demos um avanço durante estes quatro anos e neste momento precisamos de organizar fisicamente os cemitérios de forma a que seja fácil e de imediato que um coveiro, por exemplo, possa dizer com um telefonema para ou com uma mensagem de telemóvel à Secretaria que a sepultura X da secção dois do cemitério de Mafamude está vago e é aqui que propõe

que se faça o funeral, e o sistema aqui responde logo sim ou não, ou se há alguma desconformidade com a informação do coveiro e aquilo que diz o sistema, nós estamos prestes a chegar aí, mas



precisamos de investir em milhares de placas e colocar esses milhares de placas em todas as sepulturas dos dois cemitérios, a tarefa grandiosa está em Mafamude, primeiro pela dimensão do Cemitério, não é só nas sepulturas, é nos ossários, naquelas gavetas, é um trabalho que vai representar cerca de cinco mil euros da Junta de Freguesia. Já falei sobre a certificação da qualidade, vamos prestar apoio à Provedora do Cidadão, que hoje tomou posse, o Orçamento Participativo este ano foi um sucesso, o número de instituições que aderiram ao Orçamento Participativo, coroou a iniciativa e abriu aqui até um grande estímulo em relação àquilo que pode ser o Orçamento Participativo para o próximo ano, manteremos a dinâmica no site e a página do facebook, a nossa página é o nosso meio de comunicação por excelência e hoje temos, taxas de adesão enormes a nível de visualizações e de mensagens com a Junta de Freguesia a interação aumenta à medida que vamos melhorando também as publicações e massificando algumas, o Espaço Cidadão continua em funcionamento, como disse está acerca de um mês em funcionamento, faremos a cerimónia das medalhas de mérito da União de Freguesias ao contrário de algumas autarquias, nós aproveitamos, como sabem este momento para agradecer e homenagear algumas pessoas e instituições, nós muitas vezes somos confrontados com o facto do atleta A ou o atleta B ter conseguido um feito desportivo e muitas câmaras vão a correr atribuir uma medalha como reconhecimento ao atleta, mas se o fizéssemos estaríamos a desvalorizar e a desfigurar um pouco aquilo que é a nossa iniciativa em fazer naquele momento do ano essa homenagem e portanto por vezes nós recebemos mensagens, emails de algumas pessoas a perguntar se vamos fazer ou se não vamos fazer essa homenagem, nós deixamos sempre estas homenagens para a atribuição das medalhas de mérito, faremos novamente a comemoração do vinte e cinco de abril, relativamente ao capítulo das infraestruturas de mobilidade de transportes e equipamentos, continuaremos a reivindicar a segunda Rotunda que virá descongestionar por completo a Rotunda de Santo Ovídio, que é Rotunda que permitirá que quem quiser apanhar a auto estrada em direção à Ponta da Arrábida, não seja obrigada a vir à Rotunda de Santo Ovídio e a descer para apanhar a autoestrada, quem quiser apanhar a auto estrada em direção a Lisboa, já poderá fazê-lo pela nova Rotunda, mas para quem está na zona de baixo da freguesia e quiser ir para a Ponte da Arrábida tem que apanhar a rotunda de baixo, vir à Rotunda de Santo Ovídio e descer e apanhar a autoestrada, esta nova Rotunda permitirá que as pessoas deixem de vir à Rotunda de Santo Ovídio se tiverem essa necessidade, podem evitar a Rotunda de Santo Ovídio, é uma obra que não é da Câmara, é uma obra que faz parte das obrigações contratuais entre o Estado e

neste caso as Infraestruturas de Portugal, presidia sempre a relação do Estado com a empresa, sendo publica ou privada é sempre um contrato de concessão, apesar das Infraestruturas de Portugal serem



uma Empresa detida a cem por cento pelo Estado, o Estado tem um contrato de concessão com as Infraestruturas de Portugal e impõe às Infraestruturas de Portugal um conjunto de condições para a manutenção e conservação das vias, por exemplo, o alargamento da auto estrada numero um, foi uma das imposições que fez à Brisa, a Brisa fez o alargamento da A1, não porque lhe apeteceu, mas porque era um imposição contratual, mas já o Túnel do Cedro, aquele pequeno Túnel do Cedro, que foi reabilitado acerca de quinze meses a pedido da Junta de Freguesia, foi uma obra das Infraestruturas de Portugal, porque aquele troço da auto estrada já pertence por vinte metros às Infraestruturas de Portugal, ainda bem que pertencia, porque se fosse à Brisa, ainda hoje estávamos à espera da reabilitação e como as Infraestruturas de Portugal é uma Empresa Pública acederam à pressão da Junta de Freguesia e fizeram a obra de reabilitação, da extensão da linha do Metro, já falei, da ligação rodoviária entre a Rua do Fial a Vila D'Este, já falei, a construção do Parque da Estação D. João II, já falei, a melhoria da rede de transportes está para breve, caducará em breve a concessão das carreiras que hoje vigoram, quer aquelas que estão atribuídas ao operadores privados, quer aos STCP, por força disso, a Junta de Freguesia foi chamada a pronunciar-se sobre aquilo que são as atuais carreiras e as propostas que a Junta de Freguesia teria para apresentar para que fossem analisadas, para decisões posteriores, relativamente à alteração da rede dos transportes e na relação com os operadores privados e com os STCP, a Junta de Freguesia fez as suas propostas incidiu-as maioritariamente em Vilar do Paraíso, que é a Freguesia da nossa União de Freguesias mais desprovida de transportes e fê-lo não só no lado dos operadores privados mas também fê-lo do lado dos STCP, portanto esse trabalho de casa foi feito dentro do tempo pedido pela Junta de Freguesia. A requalificação da rede viária secundária que continua a ser feita e pela Câmara Municipal, neste momento decorre a requalificação da Rua Alfredo Keil, continuaremos a requalificar e a construir passeios, como disse à pouco nos últimos dias prolongamos o passeio na Rua Diogo Cão, os novos parques infantis é um investimento que estava presente no Plano Plurianual de Investimento da Junta de Freguesia, deixou de estar, porque a Câmara Municipal assumiu este investimento e pediu à Junta de Freguesia para dizer que parques que achava que eram necessários e onde em Mafamude e Vilar do Paraíso, a Junta de Freguesia fez essa proposta à Câmara Municipal, portanto é um ganho que temos aqui através da ajuda da Câmara Municipal. Continuaremos a nossa grande empreitada e permanente empreitada de requalificação dos lavadouros e dos fontanários como também continuaremos a fazer a manutenção dos parques infantis e dos polidesportivos que todos os meses precisam de manutenção. Na área da Educação e Escolas continuaremos a assegurar o papel do expediente e limpeza e a limpeza dos recreios nas escolas do

primeiro ciclo e dos jardins de infância; continuaremos a apoiar a Câmara Municipal na reabilitação dos estabelecimentos escolares e ainda recentemente, no inicio deste ano escolar, decorreram obras na



Escola de Lagos, a requalificação que a Escola dos Lagos teve no mandato anterior, foi uma mega requalificação, não terminou com todas as necessidades ainda persistia a necessidade de requalificar as casas de banho e o primeiro recreio da Escola de Lagos e isso foi feito, já está concluído, como também uma das obras que nós consideramos que é uma das grandes obras para Mafamude que é a requalificação do Jardim de Infância de Laborim, que não será bem uma requalificação, será quase um Jardim de Infância novo, será uma das maiores obras da Câmara Municipal a nível dos Jardins de Infância no Concelho e também no início do ano letivo houve um grande conjunto de intervenções na Escola de Cadavão, quer ao nível do recreio coberto e recreio descoberto e nos acessos exteriores. Relativamente ao Dia Mundial da Criança, será organizado, novamente, como temos feito todos os anos no Parque de São Caetano, teremos o Natal nas escolas, que é uma iniciativa que fazemos todos os anos por altura do Natal, será feita na próxima semana em todas as escolas do primeiro ciclo e jardins de infância com a oferta de uma prenda a todas as crianças, professores e professoras e auxiliares também de ação educativa e temos também, este ano será o segundo ano, para 2019 será o terceiro ano, a Praça de Natal em Vilar do Paraíso, fizemos o ano passado pela primeira vez, iremos renovar, será nos dias 15 e 16 de dezembro e para o ano será repetido. Na Ação Social, continuarão os programas do Centro Comunitário, uma das grandes medidas para o próximo ano das atividades da Junta de Freguesia é a abertura de um novo Centro de Convívio para as pessoas mais idosas, nós temos uma lista de espera considerável aqui no Centro de Convívio de Mafamude, temos a experiência do Centro de Convívio de Vilar do Paraíso, que é um sucesso, já tem lista de espera o Centro de Convívio de Vilar do Paraíso, foi uma aposta bem-sucedida da Junta de Freguesia, fez um ano no final de julho e esse modelo será replicado no novo Centro de Convívio de Mafamude, que irá responder à lista de espera que temos aqui, no Centro de Convívio que está sediado na Junta de Freguesia, a sua localização será anunciada no momento em que temos garantias que nada reverterá a abertura do Centro de Convívio nesse espaço, mas será uma das grandes iniciativas da Junta de Freguesia para 2019, iremos também proporcionar aulas de informática e de inglês nos três centros de convívio, no da Junta, no de Vilar do Paraíso e no terceiro, naquele que iremos abrir no ano de 2019, iremos renovar também a Colónia Balnear que tem tido um acréscimo de inscrições ano após ano, como já anunciei uma outra grande iniciativa, outra grande novidade para dois mil e dezanove, será colónia de férias juvenil para crianças do quinto ao nono ano, primeiro na Páscoa e depois no Verão, iremos renovar o Natal Solidário, que é um iniciativa que irá construída no próximo sábado de manhã, numa cerimónia que a Junta de Freguesia irá promover e com a presença do Senhor Presidente da Câmara, para apoiar as instituições que atribuem cabazes de Natal

em Mafamude e Vilar do Paraíso, como também a esse momento, no sábado de manhã, iremos atribuir os subsídios às instituições sociais e aos Bombeiros Voluntários de Valadares e Coimbrões. No ambiente



e nos espaços públicos, daremos continuidade à reabilitação do Parque de São Caetano, iremos também avançar com a reabilitação do Parque do Cedro, a reabilitação do Jardim de Soares dos Reis, que é uma pretensão do Município, não para dois mil e dezanove, mas até ao final do mandato, o mesmo de passa com a construção de um Jardim na zona da Mazorra, em Vilar do Paraíso é um compromisso já assumido com os moradores, a requalificação do Parque de Santa Luzia, é um projeto já anunciado mais que uma vez pela Câmara Municipal, que vem trazer um novo Parque de Lazer para Mafamude, que dará apoio ao Parque da Lavandeira, o mesmo com o da requalificação do, do Monte da Virgem, sabendo que uma grande percentagem do Monte da Virgem pertence à Junta de Freguesia de Mafamude, portanto nunca podemos deixar de reclamar também o nosso lacre no Monte da Virgem. Continuaremos a lutar pela expansão da rede de água e saneamento, no mandato anterior conseguimos levar a rede de saneamento a zonas da Freguesia de Vilar do Paraíso que ainda não dispunham da rede de saneamento, hoje já dispõem da rede de saneamento, mas outras zonas, ainda estão de fora e portanto esse é um esforço que a Junta faz permanentemente junto das Águas de Gaia, o mesmo se passa quanto à implementação daquelas plataformas que fixam os contentores da recolha do lixo, para evitar que nos dias de tempestades os contentores caíam e espargem o lixo pela rua, ainda há um trabalho grande a fazer aí, portanto a Junta também está comprometido com este esforço, como também tentaremos iniciar a reabilitação do caminho pedonal da Ribeira de Valverde em Vilar do Paraíso. Na Cultura e Recreio, manteremos as Marchas de São João, as Marchas Sanjoaninas, as festas populares, que como bem sabem, são organizadas pela Junta de Freguesia, os festivais folclóricos que são organizados pelos ranchos de Mafamude e Vilar do Paraíso, mas que só se fazem porque existe um apoio financeira da Junta de Freguesia, é este apoio financeiro que permite a realização deste evento, como assumem os próprios ranchos, portanto aqui, o nosso apoio é decisivo e ainda vamos melhorar o nosso apoio no próximo ano ao Rancho de Vilar do Paraíso e o Rancho Folclórico de Danças e Cantares de Mafamude. No Desporto e Juventude, para além do Pavilhão Desportivo de Vilar do Paraíso, não podemos esquecer que, também foi conseguido junto da Câmara e o Presidente da Câmara já o anunciou junto da Assembleia Municipal que o Vilanovense Futebol Clube, terá um novo estádio, no dia em que tiver que sair do Parque de Soares dos Reis. Foi a Junta de Freguesia, esta, e a anterior Junta em 2014 e a Câmara Municipal que ficaram a braços com um problema que, para além do muro que tinha caído para a Rua da Rasa, para além da bancada que tinha voado com o vento, ainda, para mais o clube ficou sem metade do campo. Conseguimos construir o muro da Rua da Rasa, reconstruiu-se a bancada, apoiou-se a construção do campo de futebol cinco e conseguiu-se resolver o problema principal relativo à propriedade de metade do campo do Vilanovense, a Câmara assinou um contrato com o clube, o clube

assinou um contrato com a família, paga uma renda à família, no exato valor que a Câmara transfere mensalmente, a Câmara paga ao clube uma verba e o clube pega nessa verba e paga ao senhorio e o senhorio aguenta o campo até ao dia que a Câmara licenciar o loteamento para a zona, portanto aquilo



está inserido numa zona de construção e o PDM que ainda vigora permite a construção naquela zona, não é uma construção muito densificada, não vai fazer sombra ao Senhor Pereira, mas o campo assim à vista grossa, não parece muito grande, mas tudo em terraplanado pareceria uma área gigante, a área do parque de jogos é uma área considerável, não são só as quatro linhas, a bancada, as bancadas naquela zona toda do Pavilhão etc., e aquela área do campo, do parque de jogos, digamos assim, é uma área considerável e portanto enquanto conseguirmos manter o clube ali, não há a necessidade de construirmos o Estádio, mas haverá o dia em que essa necessidade saltará para cima da mesa e para que não haja dúvidas a Câmara assumiu esse compromisso acerca de três anos o Senhor Presidente da Câmara numa Assembleia Geral, assumiu esse compromisso, portanto o clube desse ponto de vista está garantido até a essa data, depois dessa data continuará a estar garantido, portanto isso também foi um ganho enorme que se conseguiu no mandato anterior. Por último, daremos apoio à participação da Junta de Freguesia nos Jogos Juvenis, que o ano passado foi a maior participação de sempre de uma Junta de Freguesia, nos Jogos Juvenis, levamos a maior delegação de sempre aos Jogos Juvenis. Para terem uma ideia daquilo que estamos a falar, estamos a falar de um Plano de Atividades com mais de quarenta atividades por ano, algumas delas desdobráveis, não se fazem só num dia ou só numa semana, o ano tem 53 semanas, portanto isso diz bem do trabalho intenso que a Junta de Freguesia de Freguesia faz em todas as áreas e da otimização dos recursos para fazer face à despesa do Plano de Atividades, terminamos lembrando que o Orçamento de 2019 supera o Orçamento deste ano, por três razões, primeiro porque o apoio da Câmara Municipal à Junta de Freguesia aumentou consideravelmente de 2017 para 2018 e no mínimo manter-se-á em 2019, face a 2018, com margem para aumentar, em segundo lugar a reforma das Finanças Locais, veio beneficiar as freguesias com mais população e com maior densidade populacional e houve um compromisso, uma decisão da Assembleia da República para que a convergência das receitas das Juntas de Freguesia relativamente àquilo que é determinado na Lei, se faça até 2020, ou seja as freguesias têm direito a uma percentagem dos impostos arrecadados na área geográfica aonde está inserida.

- **Senhor Gustavo Leite Gama (PSD):** Pediu a suspensão dos trabalhos, dado o adiantar da hora, e que os mesmos fossem retomados numa próxima Assembleia de Freguesia, uma vez que, provavelmente muitas das perguntas até já terão sido respondidas pelo Presidente da Junta, poderiam esmiuçar um pouco mais sobre as mesmas ou sobre outras questões que pudessem surgir depois da intervenção do Presidente da Junta.

- **Senhora Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Sobre esta questão, eu gostaria de dizer que facto, eu também concordo, tenho que me levantar muito cedo de amanhã e por isso faço desde já aqui a





sugestão, que as próximas assembleias de freguesia se efetuem a uma sexta-feira, facilitaria a vida a muita gente.

- **Senhor Nuno Filipe Oliveira Cardoso (PS):** O entendimento do Grupo do Partido Socialista é que se deve dar continuidade à Assembleia, o ponto já foi apresentado, o debate já foi iniciado o documento foi entregue com tempo, não vemos motivo para não ser debatido nesta sessão.-

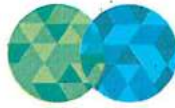
- **Senhor Ricardo José Dias Lopes (CDS):** Já tinha sido analisado na reunião preparatória, mas uma vez que é meia-noite, se vamos colocar questões à Junta ou ao Executivo e aguardar resposta, se vamos votar depois à peça, isso vai acontecer à uma da manhã, se quisermos apenas ser carneirinhos e seguir as indicações que já foram dadas e que estão inscritas, aí sim, até podemos passar à votação, agora na minha opinião, suspenderíamos os trabalhos e continuaríamos então noutro dia, mas essa é a minha opinião, já tinha chamado a atenção a semana passada.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Ouí, agora, na intervenção do Ricardo Lopes, chamar carneiros uns aos outros, não faz parte da sua dialética política, acho que foi um momento infeliz, tecer esse tipo de considerações. Já foram muitas as assembleias de freguesia que acabaram para além da meia-noite, já se votaram planos e orçamentos e contas de gerência para além da meia-noite, seria inédito, seria a primeira vez, não se votar um Plano e Orçamento, após a meia-noite. Este documento foi apresentado aqui com exatidão, com detalhe por parte do Presidente da Junta, que não tenha condições de não ser debatido aqui na Assembleia de Freguesia na próxima hora, da nossa parte existem todas as condições, da parte da Assembleia, como certamente fizeram o trabalho de casa, estudaram o Plano e Orçamento, não vejo razão não possam fazer esse debate, fazer hoje ou fazer numa sexta feira, também me parece que é igual, se o problema é a meia-noite, meia-noite também se coloca na sexta feira, porque também há quem trabalhe no sábado de manhã, por essa ordem de ideias, cai por terra, acho que já enunciei seis ou sete razões suficientemente fortes para se prolongar o debate do Plano e Orçamento na Assembleia de Freguesia. A Junta de Freguesia pela primeira vez conseguiu trazer um Plano e Orçamento à Assembleia de Freguesia no dia três de dezembro, é a primeira vez que estamos a votar um Plano e Orçamento com um mês de antecedência, eu desafio-vos a percorrerem todas as juntas de freguesias de Gaia e encontrar três ou quatro exemplos. Nós fizemos o trabalho de casa, fizemo-lo com rigor, com

transparência. O debate antes da ordem do dia foi muito prolongado, não deveria ter levado tanto tempo, eu não posso e não tenho legitimidade para fazer essa crítica, tendo em conta que isso faz parte da esfera, da liberdade de atuação dos representantes aqui na Assembleia de Freguesia. Chegou o tempo de sermos mais maduros na forma como fazemos política e não é arrançando todas as desculpas para não fazermos política, que é isso que é exigido.

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia:** Estão abertas as inscrições. Eu vou elencar as pessoas que estão inscritas.

13



- **Senhora Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Sobre as Opções do Plano e Orçamento para 2019, registamos com agrado o facto de este ter sido enviado com maior antecedência do que em anos anteriores, esperando que passe a ser uma prática futura. Quanto ao Plano de Atividades, não é este o Plano que idealizamos para a Freguesia, no entanto, não discordamos totalmente dele, uma vez que contempla algumas das nossas propostas, esperamos que essas medidas passem do papel à implementação de forma a evitar a constante repetição anual das mesmas propostas. Relativamente ao Orçamento, temos consciência de que é feito tendo em conta o resultado do exercício anterior, por isso gostaríamos de obter esclarecimentos sobre as seguintes rubricas: sobre a classificação da despesa, despesas com pessoal, regista-se um aumento de 23 mil euros, relativamente a 2018, este aumento deve-se ao aumento de salários ou de pessoal? A aquisição de bens e serviços regista-se um aumento de 70 mil euros, a que bens e serviços se referem? Outras despesas correntes, regista-se um aumento de cerca de 146 mil euros, a que despesas se referem? Outras despesas correntes, um aumento de cerca de 446 mil euros, gostaríamos de saber a que despesas se referem? Sobre a receita, cemitérios, regista-se uma diminuição de 12 mil euros relativamente ao ano anterior, porquê? Na emergência social há uma diminuição de 17 mil euros, a que se deve esta redução? Relativamente aos CTT-Postos, porque se verifica uma diminuição de 13 mil euros relativamente ao ano anterior? Ainda sobre esta rubrica gostaríamos de saber quantos são os funcionários afetos aos Postos de CTT e se a receita cobre as despesas com os funcionários e restantes encargos resultantes desta contratação. Antes de terminar gostaríamos de obter um esclarecimento acerca das verbas atribuídas às rubricas – Comemorações do 25 de abril- 700 euros e convívio dos Combatentes de Ultramar de Vilar do Paraíso - quatro mil euros no Plano de Atividades da Autarquia, não entendemos esta disparidade de verbas sendo que no nosso entender as comemorações do 25 de abril são algo maior e muito mais abrangente do que o convívio dos antigos combatentes, apesar de os respeitarmos até mesmo porque foram justamente combatentes da guerra colonial que derrubaram o regime que a criou e assim abriram caminho à liberdade e democracia.

- **Paula Maria Militão Lemos Valentim (BE):** Sobre o Orçamento não vamos falar sobre verbas específicas nem montantes, iremos fazer uma declaração sobre aquilo que o Partido do Bloco acha sobre este Orçamento. O Orçamento é um instrumento de apoio ao Executivo que foi eleito por maioria absoluta e pela qual tem toda a legitimidade para construir e elaborar o Orçamento sob a sua orientação política e eleitoral. O Bloco de Esquerda faz um voto de congratulação ao Executivo pelo trabalho feito em que o Bloco se revê, melhoria e diminuição

das assimetrias que existem entre as duas freguesias. Evidentemente o Bloco concorda com as posições e as linhas abrangentes em discussão no entanto faríamos diferente, tendo em conta as nossas políticas programáticas, tais como: habitação, requalificação urbana, cultura, casa dos projetos, casa da magia,



espólio doado à Freguesia que o acolher, a sensibilidades em toda a União de Freguesias, armazéns reutilizáveis, retirado todo amianto das escolas, centros de saúde, etc., cemitérios com espaços laicos para cerimónias fúnebres sem qualquer símbolo ou artefactos de expressão religiosa ou culto. O Bloco de Esquerda tem posição política e eleitoral nesta matéria de Orçamento, assim sendo, e por todas estas razões não votará a favor deste Orçamento. O Bloco continua a lutar e a contribuir nesta Assembleia para a qual foi eleito, posições claras com força e rigor político.

- **Senhor Ricardo José Dias Lopes (CDS/PP):** Para esclarecer o seguinte: eu defendo é a disponibilidade de tempo para se poder debater as contas, poder debater o Plano e o Orçamento previstos para o próximo ano, sem estarmos aqui condicionados pelo fator tempo. Sobre o Plano e Orçamento para o próximo ano, congratulo-me pelo facto do Executivo ter atempadamente reunido e apresentado as contas, apresentado também as ideias que têm para o próximo ano, de salientar que não é normal, seja na Junta, seja Assembleia Municipal, na qual eu já fiz dois mandatos, de acontecerem e de apresentarem tão atempadamente os Planos e Orçamentos para o ano seguinte. Não me lembro de uma Junta ter aprovado ou a possibilidade de ter aprovado um Orçamento no início do mês de Dezembro, nem no final de Dezembro, nada de extraordinário, uma vez que não é um copy paste do Plano ano anterior, tem novidades, valores significativos em algumas rubricas, não são questionáveis.

- **Senhor João Telmo Marques Espinhaço (PSD):** Fomos confrontados com o Orçamento para 2019 e feito uma análise ao mesmo, em especial comparando-o com o Orçamento de 2018, apontamos um conjunto de questões, que nós pretendíamos que fossem esclarecidas, grande parte delas foi esclarecida logo no ponto de ordem, com a intervenção do Senhor Presidente, contudo não clarificaram, a nosso ver outras, que não foram esclarecidas ou então que não foram esclarecidas de forma tão cristalina como esperávamos. Vou tentar ser breve, começando pelo primeiro ponto e relativamente à Receita de Capital, é dito no Orçamento que há uma venda de bens de investimento, gostaríamos que o Senhor Presidente nos esclarecesse ou que nos lembrasse qual é o terreno que se pretende vender e aonde fica, assim como também qual o destino que o Executivo pretende dar com esta receita. Ainda sobre a Receita de Capital, tivemos o cuidado de reparar, relativamente ao Orçamento de 2018, que houve um aumento relativamente aos passivos financeiros, nomeadamente os empréstimos a curto prazo, qual o valor para este Orçamento, é mais que o dobro do que o Orçamento de 2018, da mesma forma, pretendíamos um pequeno esclarecimento relativamente a este assunto, na despesa corrente,

não podemos deixar de reparar, também, um aumento considerável na questão da aquisição de bens e serviços, relativamente a 2018. Este Orçamento apresenta um aumento de aproximadamente de 70/80 mil euros, presumimos, que está equacionado se calhar com a tal remodelação de serviços, contudo perguntamos, a razão de ser destes valores relacionados com este aumento em relativamente às rubricas de combustível e lubrificantes, material de conservação e reparação, reparação de viaturas e





com especial incidência até nos estudos e pareceres e consultadoria. Quarto ponto são mais dois, ainda nas Despesas Correntes, e isso já foi aqui levantado a questão da rubrica Outras Despesas Correntes, embora o Senhor Presidente já tenha esclarecido alguns pontos relativamente às atividades culturais e Ação Social e Cívica, qualquer das formas pretendíamos que nos fosse fornecido um esclarecimento relativamente à forma como se chegou a estes valores tão altos, por exemplo atividades culturais, passando de 84 mil para 124 mil e Ação Social Cívica de 80, aproximadamente 154 mil para o Orçamento atual. Por fim a questão dos parques infantis, portanto percebemos que o investimento, por aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente, o investimento seria da Câmara e que foi entregue uma lista apresentada pela Junta à Câmara, a questão é mesmo essa, quais são esses parques aonde é que se localizam, isto é, quais são as zonas prioritárias?

- **Senhor António José da Silva Pereira (PSD):** Em relação aos lavadouros e fontanários, nós congratulamo-nos com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, isso satisfaz-nos, mas em relação aos jardins, já não é bem assim, porque segundo o protocolo de que há pouco falei e todos ouviram isso implica efetivamente a reposição da relva e não fazer o corte da erva, e portanto isso implica fazer uma série de trabalhos que efetivamente tenho constado que sinceramente não vejo por aí que isso tenha vindo a acontecer, no entanto espero que de futuro isso possa vir a acontecer ao fim, e ao cabo a Junta de Freguesia tem a seu cargo como diz aqui cento e dez jardim e também não recebe dinheiro pelos centos e dez, recebe para noventa e três, portanto também se compreende que facilitem um pouco. Uma das coisas que efetivamente nós achamos pertinente é os fixadores dos contentores, porque atualmente estamos a ser alvo de demasiados temporais e os contentores saem com muita facilidade dos sítios aonde estão e são levados inclusivamente pelo vento, portanto a ser tomada esta atitude, acho que é extremamente pertinente e útil para todos nós.

- **Senhor Gustavo Leite Gama (PSD):** Venho aqui falar um pouco relativamente a um documento, a um documento não a um papel que surge no Orçamento e Opções do Plano 2019, uma vez que no âmbito da discussão do Orçamento e Opções do Plano para 2019, impõem-se uma declaração sobre os pedidos de autorização para a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza com entidades públicas ou privadas sobre a celebração de contratos e delegações de competências e acordo de execução com o Município inscritos na denominada e cito proposta de autorização relativa à execução das Opções do Plano. As autarquias locais estão sujeitas ao princípio da legalidade, de acordo com este princípio na sua aceção horizontal, aos órgãos autárquicos só é permitido no âmbito das suas

atribuições e competências fazerem apenas o que a Lei lhes permite e na sua aceção vertical fazer da forma que a mesma Lei determina, seja o Código do Procedimento Administrativo a Lei nº 75/2013 de 12 de setembro ou os demais diplomas legais que regulam as matérias específicas da sua esfera e atuação. O legislador quanto às atribuições dos órgãos foi claro ao tipificar sobre as competências da

17



Câmara Municipal, artigo 30º as da Assembleias Municipal, artigo 25º, as das Juntas de Freguesia, artigo 16º e as das Assembleias de Freguesia, artigo 9º. A mesma Lei também não oferece dúvidas quanto à possibilidade e à forma como permitiu que as Câmaras Municipais delegassem as suas competências próprias nas Juntas de Freguesia, competências estas na forma delegadas ao abrigo no disposto 131º do citado diploma, sempre mediante a celebração de protocolos de delegação de competências que são contratos interadministrativos de acordo com o estipulado nos artigos 117º e 120º da mesma Lei. O Executivo, deve materializar, estabelecer e expressar suficientemente quais são as competências delegadas pelo Município, quais as razões pelas quais este as delega, nomeadamente em ordem ao cumprimento do princípio da subsidiariedade bem quanto seria gasto se as competências fossem exercidas pela Câmara Municipal e quanto será gasto no exercício nas mesmas pela Junta de Freguesia em cada uma delas, antecipando quais os meios humanos, patrimoniais e financeiros que afete ou transfere, em cada caso, para que a Junta de Freguesia prossiga o exercício daquelas competências. Por estas razões o legislador obriga a que, aquando a celebração e para cada caso, cada caso é um caso, se em tenha em presença os princípios gerais a que alude o artigo 121º no seu citado diploma, como são culminadas com nulidade as delegações de competências que não obedeçam à formalidade prevista no nº1 do artigo 120º, também serão nulos os contratos, protocolos ou acordos de execução que não revistam de uma forma legal ou não contenham os referidos elementos essenciais previstos na Lei. Por outras palavras, o que aqui nos apresentam é um completo cheque em branco passado pela Assembleia de Freguesia ao Executivo da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, além disso pelas razões referidas anteriormente, este documento encontra-se logo à partida a referida nulidade, tornando nulos de acordo com o princípio das nulidades comunicantes, todos os atos, contratos e despesas decorrentes desta aprovação. A Lei é clara, quando dispõe que cabe à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia e cito, autorizar a celebração de contratos, delegação de competências e acordos de execução, fim de citação, com o Município, conforme dispõe a alínea g) do n.º 1 do artigo 9º., no mesmo sentido com a mesma interpretação e iguais conclusões dispõe a propósito da autorização genérica que a Junta de Freguesia propõe, sem que a Assembleia de Freguesia se pronuncie sobre a situação em concreto, para celebrar acordos de colaboração para a concessão de apoio financeiro ou para estabelecer formas de cooperação com as entidades públicas e privadas e

inclusivamente para contrair empréstimos como se estabelece o nº 2, 3 e 4 da referida proposta de execução das Opções do Plano. Nenhum protocolo ou acordo de cooperação será presente à Assembleia de Freguesia, tal como aconteceu desde que este Executivo iniciou funções, nomeadamente os acordos de colaboração relativos às comparticipações financeiras dos municípios, para as festividades



de verão, colónias balneares, elaboração da carta de equipamentos sociais ou para o passeio dos idosos, para além de serem postos em causa os princípios de legalidade e igualdade de proporcionalidade e de justiça, esta proposta significa ignorar o papel desta Assembleia de Freguesia enquanto órgão fiscalizador e representativo dos cidadãos de Mafamude e Vilar do Paraíso. A bancada do PSD vai continuar presente e atenta à legalidade dos procedimentos adotados pela Junta de Freguesia, intervindo, dando a sua opinião concordante ou não concordante com o Executivo, mas acima de tudo, no sentido de salvaguardar sempre os interesses dos Mafamudenses e Vilarenses, que devem ser informados sobre as opções tomadas por parte do Executivo e o trabalho desenvolvido pela oposição nesta Assembleia de Freguesia.

- **Senhor Nuno Filipe Oliveira Cardoso (PS):** Uma vez mais, eu sei que a hora vai adiantada, mas ninguém é obrigado a ser Autarca e quando as pessoas assumem os assuntos parlamentares com os cidadãos, temos a consciência, do tempo da dedicação e do trabalho que essa responsabilidade acarreta e por isso o Partido Socialista não abdica de fazer aqui a sua intervenção. As Opções do Plano e propostas do Orçamento para 2019 a Junta de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, representa o início de uma nova fase no trabalho nas atividades desenvolvidas por esta Autarquia. O primeiro ano deste mandato foi dedicado à conclusão do processo de reorganização dos serviços da Junta de Freguesia, com o esforço de melhoria do funcionamento interno da Autarquia e dos serviços prestados aos cidadãos e há que começar a preparação de um conjunto de importante de projetos e investimentos a iniciar e a concretizar ao longo deste mandato. No que diz respeito à reorganização dos serviços da Junta de Freguesia é de salientar a integração de doze novos funcionários ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, a inauguração recente da nova secretaria com atendimento descentralizado aos cidadãos, a renegociação dos contratos com os CTT, o processo de certificação Sistema de Certificação de Qualidade, que se encontra em fase final, a criação do Provedor do Cidadão, a que hoje demos posse e a quem eu aproveito para desejar um bom trabalho, da abertura do novo Espaço de Cidadão em parceria com a Agência para a Modernização Administrativa e a Câmara Municipal. Para além de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, estas reformas permitem otimizar o funcionamento da Junta de Freguesia e direcionar mais recursos para o desenvolvimento de atividades e para o investimento. Este primeiro ano do mandato permitiu também lançar as bases daquilo que será muito trabalho a iniciar e a desenvolver no ano de 2019, depois de um esforço de preparação, planeamento e diálogo com a Câmara Municipal e demais entidades, em relação

aos grandes investimentos a realizar em Mafamude e Vilar do Paraíso. É por isso de salutar a inclusão neste documento de investimentos como a conclusão Auditório Paroquial de Santo Ovídio, a requalificação do Jardim de Infância de Laborim, a construção da nova ligação rodoviária entre a Rua do Fial e o acesso à autoestrada por via da Quinta da Serpente, o Pavilhão Desportivo de Vilar do Paraíso, a



extensão da linha do Metro entre Santo Ovídio e Vila D'Este e o novo parque de estacionamento em D. João II, a requalificação dos cemitérios, dos estudos dos acessos às zonas envolventes e a continuação do esforço de reabilitação de rede viária e passeios e passadeiras do nosso território. Este é um documento que reflete aquilo que foram as prioridades e os compromissos eleitorais do Partido Socialista com os cidadãos, mantemo-nos fiéis ao compromisso de colocar as pessoas no centro das nossas prioridades e, é por isso com grande satisfação que verificamos que a rubrica do Plano de Atividades com maior expressão orçamental é precisamente a da Ação Social e Cívica, nesta área, a Junta de Freguesia reforça o compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos, apostando na sua valorização e na defesa das suas necessidades e interesses, a abertura de um novo Centro de Convívio em Mafamude, a introdução de atividades de formação de inglês e informática para a população sénior, a criação do programa do colónia de férias juvenil no verão e a continuação do trabalho desenvolvido no Gabinete de Inserção Profissional e nos programas de Emergência Social e Gaia mais inclusiva, são apenas bons exemplos daquilo que deve ser o trabalho de uma Autarquia em prol daqueles que representa. As Opções do Plano e a proposta de Orçamento para 2019 que a Junta de Freguesia apresenta, simbolizam também uma nova forma de estar na política e de gerir os recursos públicos. O espírito de diálogo e de proximidade que tem pautado o trabalho desta Junta de Freguesia, também ficou vertido neste documento, com a inclusão de propostas de outros partidos com representação na Assembleia de Freguesia e que expressaram as suas visões ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição. As Opções do Plano e a proposta do Orçamento para 2019, dão garantia que a Junta de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso continuará um bom trabalho que tem sido desenvolvido e que fará ainda mais e melhor em prol do nosso território e das pessoas, porque há paixão naquilo que fazemos e continuamos dedicados a construir uma sociedade mais justa e um futuro melhor, o Partido Socialista votará favoravelmente e com entusiasmo a proposta da Junta de Freguesia.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Começando por responder às questões colocadas pela Senhora representante da CDU, dizer que a despesa com o pessoal sobe, pelo facto de termos integrado 12 colaboradores no quadro de pessoal, isso representa mais doze vencimentos, vezes catorze durante o ano, mais horas extras durante o ano, mais subsidio de refeição, mais o subsidio de natal, contabilisticamente, a despesa com o subsidio de natal e subsidio de férias é classificada autonomamente, como disse horas extras, um ou outro terá que receber abono para falhas, quase todas as rubricas da despesa sobem em função da integração dos precários, com a exceção da rubrica

relacionada com o pessoal em regime de tarefa e avença que são os chamados recibos verdes, porque a rubrica de um ano para o outro há uma deslocação de doze pessoas de uma rubrica para a outra do pessoal do quadro. Depois a Senhora Representante e o Senhor Representante do PSD, João Espinhaço, questiona porque é que as outras despesas correntes sobem consideravelmente, porque tem a ver com



o Plano de Atividades, como disse na apresentação o Plano de Atividades da Junta de Freguesia tem um reforço considerável, fruto do reforço de uma ou de outra área e de uma outra atividade, mas também porque as novas atividades que a Junta de Freguesia vai realizar em 2019 acarretam mais despesa e portanto isso também tem que estar refletido e nesta rubrica maior, que é a rubrica Outras Despesas Correntes, depois na sua secção do Plano de Atividades tem representado esse aumento, que é o aumento que faz subir a rubrica maior que é a rubrica mãe de outras despesas correntes. Eu há pouco não falei na apresentação de tudo, falei durante bastante tempo, mas não falei de tudo e não falei de algumas atividades que vamos fazer pela primeira vez para o ano, não tão relevantes ao nível da despesa, mas novas atividades que vamos fazer no próximo ano, por exemplo uma delas que até foi questionada pela Senhora Representante, tem a ver com os Combatentes de Ultramar de Vilar do Paraíso, que é uma atividade apoiada pela Junta de Freguesia, convívio anual e há um compromisso assumido por mim, para que no próximo ano se consiga fazer uma placa evocativa em memória dos combatentes e homenagem aos ex-combatentes de Ultramar de Vilar do Paraíso e portanto consta aqui também do Plano de Atividades, é uma iniciativa nova, que está aqui no rol, como também iremos retomar "Os domingos com vida" que foi uma atividade que fizemos no mandato anterior, que foi interrompida, durante dois ou três anos e vamos retomar no próximo ano e vamos fazer também pela primeira vez um grupo de teatro amador, no próximo ano, numa das novas atividades que também não está aqui no Plano, também representa despesa, tudo isto representa nova despesa, é tudo a acrescentar à despesa dos anos anteriores, como também o Encontro de Danças e Cantares, a nossa Freguesia é rica em musica popular e danças e cantares e portanto queremos fazer um encontro para dar um destaque ao publico em geral do trabalho que é feito por algumas coletividades, como também faremos o Encontro de Gerações, que é uma iniciativa que tem estado no Plano de Atividades para o mandato e que ainda não foi realizado, que é uma iniciativa cultural, tudo isto representará uma despesa a somar àquelas grandes iniciativas, as grandes novidades para 2019, portanto explicam o crescimento da despesa com outras despesas correntes, de facto a despesa com os cemitérios diminuirá, tirando aquela iniciativa em concreto que eu expliquei que tem a ver com a reorganização dos cemitérios, porque têm sido feitas muitas melhorias nos cemitérios e o cemitério mais dispendioso para a Junta em termos de manutenção e conservação é o cemitério de Mafamude, se a Câmara está a ultimar, a preparar um caderno de encargos para uma obra de requalificação naquela zona, vamos apanhar a boleiazinha para resolver alguns problemas que ficariam ao encargo da Junta de Freguesia,

também temos que ser (Senhora Elsa Silva interrompe para dizer (é que eu relativamente aos cemitério não é a despesa, é a receita que diminui), lá está a nossa atitude realista, porque preferimos manter a despesa anterior, porque assim tínhamos mais receita no Orçamento para fazer isto ou aquilo, mas na verdade tem a ver com a venda de jazigos, aliás, nós ficamos indecisos nessa matéria, porque isto é tudo uma incerteza, há dias fizemos novamente uma hasta pública para vendermos dois jazigos no Cemitério





de Mafamude, quando lançamos a hasta pública não tínhamos ninguém interessado, no dia apareceram quatro, para dois, vendemos a um preço muito acima da base de licitação, ainda ficaram dois de fora, ou seja, quando foi para orçamentar foi pelo mínimo, porque estávamos a contar que fosse o mínimo e portanto e depois ainda temos aí outra situação que tem a ver com revenda de um Jazigo Capela, que o regulamento determina quando alguém revende tem que de deixar cinquenta por cento na Junta de Freguesia, o Jazigo Capela no Cemitério de Mafamude por um valor avultado e se essa operação se concretizar terá que deixar cinquenta por cento da receita na Junta de Freguesia, mas como ainda são incertezas nós deixamos isso tudo de fora e portanto se para o ano apresentarmos as contas de 2020, as contas referentes ao ano de 2019 e tivermos aqui uma disparidade na receita tem a ver com isso, mas isso são boas notícias, a disparidade pelo facto da receita crescer, são sempre boas notícias. Relativamente à Emergência Social, eu já tinha dito que, nós quando fazemos o Orçamento, não sabemos qual é a verba de emergência social que nos vai caber no ano seguinte, então o que é o que nós fazemos, sabemos aquela que foi em 2018 e metemos a mesma verba para 2019, algumas vezes somos surpreendidos pela Câmara porque a verba é superior, mas aí coloca-se a mesma questão, que assim seja, que as surpresas sejam todas dessa ordem, mas em termos de rigor, se hoje a pergunta fosse, mas porque é que estão a colocar esta verba? responderia, como respondi agora, foi a verba que a Câmara atribuiu para o ano de 2018, se colocasse outra verba, não tinha nenhuma base para justificar o porque dessa verba, é esta verba, porque é a verba atribuída para 2018. Relativamente à descida da receita e da despesa relacionada com os CTT, eu também expliquei isso, tem a ver com a consignação, a Junta deixou de comprar, ou seja deixou de fazer despesa e deixou de vender e deixou de fazer receita ou seja, como o material vem à consignação, só entregamos, ficamos coma receita daquilo que foi a venda e entregamos o material sobranete aos CTT. Quando pergunta quantos funcionários estão afetos aos CTT, dois a três, depende do pico da procura, depende se é o momento de férias do funcionário que habitualmente está nos CTT, depende do horário, nós agora, modificamos o horário do balcão de Mafamude, nós eramos o único balcão dos CTT em Gaia, incluindo a rede oficial, que abria à hora do almoço, portanto isso pôs-nos a pensar, porque é que a própria rede oficial dos CTT não abre à hora do almoço e a Junta não tem nenhuma obrigação maior que os CTT que abre à hora do almoço, nós

sabemos os picos da procura, fizemos um teste, correu bem, durante algumas semanas, fechamos à hora do almoço, reduzimos a necessidade de tirar alguém na Secretaria, onde muitas vezes é preciso fazer para estar nos CTT. Respondendo à pergunta, se a receita dos CTT cobre a despesa, não cobre, fica a metade, mas foi a herança que tivemos, não temos saída, não vamos encerrar os balcões, os CTT estão a emagrecer os contratos que têm com as Juntas de Freguesia, felizmente, desse ponto de vista não



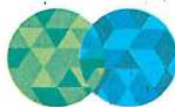
temos razão de queixa, mas posso-vos dizer que todos os meses a receita dos balcões dos CTT varia entre os mil e cem e os mil e trezentos por mês de receita, mais uma percentagem que temos na venda dos selos e dos envelopes, que é um valor reduzido e depois se tivermos, basta ter dois funcionários, sem contar com o resto, software, hardware, luz, água, outros equipamentos, basta os vencimentos brutos de dois funcionários, para dispare a despesa e ser superior. Relativamente ao 25 de abril a iniciativa para nós é politicamente relevante, comemorar o 25 de abril, mas o custo da sua organização é quase zero, para organizar a iniciativa é quase zero, por isso é que tem aqui um valor reduzido, no Orçamento, porque não vale a pena estar acrescentar valor, é o que é, e há convites que custam muito pouco, comprar flores para o dia, custa muito pouco, são tudo despesas inexpressivas é o que é, é das tais iniciativas com relevância que não tem nenhum custo associado. Relativamente às questões colocadas pelo Bloco de Esquerda, sabemos das prioridades do Bloco de Esquerda, incorporamos aquelas que achamos que também vão de encontro àquilo que são os nossos compromissos, relativamente às questões colocadas do Túnel de Laborim, colocada pelo Senhor Representante do CDS, Senhor Ricardo Lopes, colocou, nós vamos tomar apontamento daquilo que também é sempre útil daquilo que são também o debate que nós fazemos com as autoridades dos transportes. Relativamente à intervenção que o Senhor Representante João Espinhaço, tendo já respondido à questão das outras despesas correntes, queria responder às outras, a Receita de Capital que está prevista é para a venda de um edifício, eventual venda de um edifício, por é tudo receita eventual, e de dois terrenos, um que é um terreno que está localizado em São Caetano, onde ficam habitualmente os equipamentos de diversão da festa, em frente ao cruzeiro, é um terreno que faz escritura o outro é um terreno onde a Junta de Freguesia tem o seu horto, que é na Rua do Roseiral, nas traseiras do Hospital de Gaia, e o edifício, é o edifício do TEP, o TEP está a sair do edifício porque a Proteção Civil Municipal, vistoriou o edifício e produziu um relatório dizendo que ele estava em risco eminente, ou seja havia perigo de desabamento no interior do edifício, a Junta de Freguesia que é proprietária do edifício, pelo menos na relação com o TEP, porque até é a Junta que paga a conta da luz, notificou o TEP com o relatório, dizendo que havia necessidade de abandonarem enquanto antes o edifício, a Junta mostrou-se disponível para colaborar com a mudança, como tem colaborado, essa operação está a decorrer e vamos ficar com aquele edifício, que é um edifício que não tem, a Junta de Freguesia para poder intervir no edifício tinha que gastar um

montante que não tem, nem nunca terá para reabilitar o edifício e portanto a nossa pretensão, na altura em que se concretizar e se a Câmara concordar, também posso avançar que a Câmara não irá colocar qualquer entrave à Junta de Freguesia, iremos alienar do edificio do TEP, a alienação do Edifício do TEP, mais a venda destes dois terrenos, como determina a Lei, nós temos que colocar isto em despesa de investimento e assim faremos na altura, à medida que formos receber a receita destas alienações, em



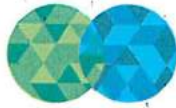
reunião de Junta temos que dizer a que fica afeto estes montantes. Relativamente ao empréstimo, a Lei das Finanças Locais, foi revista como disse e uma das alterações à Lei das Finanças Locais, resultou de um acordo entre o PS e o PSD, foi duplicar o montante que as juntas de freguesia tem direito nos empréstimos que podem contrair, os empréstimos que as juntas de freguesia podem contrair, não podem ser destinados a investimento, a Junta não pode pedir um empréstimo à banca para requalificar uma rua ou pintar um Lavadouro, portanto, é para responder a dificuldades de tesouraria, é só para esse fim, e temos que paga-la até ao fim do ano, por exemplo se contrairmos agora um empréstimo no dia 3 de dezembro, temos que liquida-lo até ao dia 31, não podemos transitar para o ano seguinte, com algum encargo financeiro no Orçamento, o que na Revisão das Finanças Locais fizemos, foi considerar que dez por cento dos 3 FFF, é dez por cento daquilo que o Governo transfere, porque se no dia em que a Junta incumprir com o banco, o banco notifica a DGAL e a DGAL retém esses dez por cento, consideramos que dez por cento era uma verba insuficiente, eu até dei o caso desta Junta de Freguesia, nós temos um Orçamento de um milhão quinhentos e cinquenta mil euros, mas só podemos pedir um empréstimo até trinta e seis mil, isto não é para pagar aos funcionários um mês, é uma verba muito insuficiente, foi no tempo em que as juntas não eram agregadas, não havia Orçamentos desta dimensão, as juntas de Lisboa não tinham orçamentos de milhões, como têm hoje, fruto da descentralização que foi feita no passado e portanto havia que adaptar a Lei à realidade, e então aumentou-se de dez para vinte por cento dos 3 FFF, como nós recebemos em 2019 trezentos e oitenta e dois mil euros dos 3 FFF, vinte por cento dá cerca de setenta mil euros e colocamos essa verba. Mas é assim, no ano das eleições nós não usamos esse empréstimo, nós pedimos autorização à Assembleia, mas depois vamos usando mediante a necessidade, para terem uma ideia, no ano das eleições que é sempre aquele ano que as autarquias procuram realizar mais despesa, para fazer mais, eu acho que isso é comum a todos os partidos e em todas as autarquias, nós não tivemos necessidade de recorrer ao empréstimo, este ano tivemos a necessidade de recorrer, porque pagamos, já está pago à muito tempo e portanto quando temos uma dificuldade de tesouraria, porque há uma receita que não entra na altura em que nós, por exemplo, vou dar um exemplo, o Orçamento do Estado que foi aprovado, alterou os prazos do pagamento do IMI, em vez de ser em abril, a primeira prestação do IMI será em Maio, o que é que isso significa, só entra dinheiro na Junta, nós temos um por cento do IMI em julho, quando

recebíamos em junho, portanto aquela despesa que nós temos programada para junho, vai ter ali uma quebra, ou melhor a receita que tínhamos programada para junho, vai ter uma quebra na receita de junho e se calhar vamos ter que recorrer ao empréstimo para suprimir aquela necessidade daquele mês, depois pagamos o empréstimo, portanto tem a ver com isto e tem a ver com o facto de termos atividades no pico do verão, nós temos muitas atividades como as festas populares no pico do verão e



temos que ter receita para responder ao pico das atividades e por vezes temos que ativar o empréstimo, no ano de 2017 não tivemos essa necessidade, este ano já tivemos, no ano de 2019, está dada a autorização sendo aprovado o Orçamento, depois podemos utilizar ou não utilizar. Relativamente à localização dos parques infantis, eu vou dizer qual foi a proposta que a Junta fez, em Mafamude em Paço de Rei, reforçar o Parque Infantil do Cedro e um Parque Infantil no Agueiro, nas traseiras dos prédios que se encontram entre a Rua do Agueiro e o Centro de Emprego, que é uma área altamente habitada e muito populosa e que não tem nenhum equipamento, a nossa proposta é que se instale ali um parque infantil, em Vilar do Paraíso, em Cadavão e Quinta das Rosa, portanto foi esta a proposta da Junta de Freguesia. Relativamente à intervenção do Senhor António Pereira sobre jardins e espaços verdes, nós fazemos mais alguns jardins do que aqueles que são transferidos pela Câmara, porque também temos que ser solidários com a Câmara, porque a Câmara ajuda bastante a Junta de Freguesia e por vezes se houver alguma dificuldade temporária do Município em manter jardins a Junta de Freguesia assegura essa manutenção, porque acima de tudo nós só conseguimos manter jardins porque recebemos do acordo de execução da Câmara Municipal. Por fim reservo aqui os últimos minutos para a intervenção do Senhor Representante Gustavo Gama, relativamente à intervenção que fez, queria sossega-lo relativamente à preocupação que trouxe, pelas razões que vou explicar. Em primeiro lugar, o que a Junta de Freguesia aqui faz é pedir à Assembleia que autorize a contração de um empréstimo de tesouraria como eu expliquei há pouco para responder ao Orçamento, portanto, não é uma peça, só existe, portanto se tivéssemos de autonomizar este ponto, era só isto como acabei de explicar agora e é algo que nós já fazemos há muitos anos, portanto não é de agora, já se vota os orçamentos das Juntas de freguesia com esta inscrição há muito tempo, e em muitas juntas de freguesia do país, depois para além de ser recorrente pedir um empréstimo, pedir autorização para a contração de um empréstimo, pedir autorização para fazer os acordos de execução com a Câmara, pedir autorização para celebrar acordos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, nós temos necessidade de renovar os apoios com o IEFP, nomeadamente com o Gabinete de Inserção Profissional, fazer acordos com a Segurança Social, apoios dados pela Segurança Social, porque temos necessidade de atribuir subsídios às coletividades, vocês estão a imaginar por cada protocolo, por cada subsidio que a Junta queira atribuir a uma coletividade trazer à Assembleia de Freguesia, vocês estão a imaginar o que é fazer

sempre que há necessidade de fazer um protocolo com a Câmara ou um acordo com a Câmara, a Junta trazer à Assembleia de Freguesia, a Assembleia de Freguesia, tinha que efetuar dez vezes mais reuniões do que faz hoje, seria governar a Junta de forma semi-paralelizada, porque sempre que quiséssemos dar um passo, ou para obter o apoio da Câmara ou do IEFP ou da Segurança Social ou dar um apoio às instituições, tínhamos que convocar uma Assembleia de Freguesia, por isso é que, o Orçamento do



Estado, todos os anos, independentemente dos governos, traz vários pedidos de autorização legislativa ou seja se o Governo tivesse que ir à Assembleia da República para dar um passo, não governava, era impossível governar, quem governava era a Assembleia, portanto o País paralisava, não havia hipóteses, portanto há que pedir autorizações prévias à Assembleia, o Governo à Assembleia da República, a Câmara à Assembleia Municipal e a Junta à Assembleia de Freguesia, para que a Junta possa governar e possa cumprir os seus compromissos, porque senão de outra forma tinha que convocar constantemente assembleias de freguesia, depois estamos a falar, por exemplo, no caso dos acordos de execução, tanto é válido e completamente legal aquilo que estamos a fazer, e se dúvidas houvesse, o Tribunal de Contas deu visto prévio aos acordos de execução que a Câmara celebrou com a Junta de Freguesia, isso é público, se o Tribunal de Contas pede à Junta de Freguesia a deliberação da Assembleia de Freguesia que autorizou a Junta a fazer acordos de execução com a Câmara, o Tribunal de Contas pede-nos esse documento e nós pagamos ao Tribunal de Contas para ceder esse documento, o Tribunal de Contas valida tudo isto e dá visto prévio, eu penso que isso desfaz qualquer dúvida quanto à legalidade de tudo isto, quanto mais não seja, nós estamos a falar não de uma operação que tenha sido validade uma vez pelo Tribunal de Contas, mas que o Tribunal de Contas recorrentemente valida, não é a primeira vez que o Tribunal de Contas valida este tipo de operações, e portanto acho que isso desfaz qualquer tipo de dúvida. Depois, é assim, todos os protocolos que a Junta de Freguesia celebra com as instituições, todos, estão no site da Junta de Freguesia, todos, ou seja estão acessíveis aos membros da Assembleia, mas a todo o Cidadão e em qualquer parte do Mundo, pode estar de férias, deixa-me ver quais são os protocolos que a Junta fez e que subsídios atribuiu às coletividades, vai ao site da Junta e está lá tudo, são poucas a autarquias do país que fazem isto. Os acordos que a Câmara faz com a Junta, estão no site da Junta de Freguesia, portanto em termos de transparência, prestação de contas e dever de informação, a nossa atitude aí, aliás é elogiada pelo Tribunal de Contas, é exemplar, portanto, desse ponto de vista, nós não temos qualquer receio quanto à questão que o Senhor Representante trás, eu acho que isso é o fait divers por falta de agenda política eu já numa Assembleia de Freguesia, não vai há muito tempo chamei à atenção para a necessidade de não fazer regressar esta Assembleia de Freguesia ao tempo da politica administrativa, que até era feita pelo PS, que até tinha o meu nome, aqui na Assembleia de Freguesia, que se dedica a fazer politica administrativa, como não tinha agenda politica,

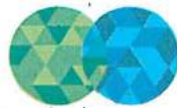
eram as atas, eram os protocolos, era a letra A ou B das atas, eu julgo que ninguém mais que a Junta de Freguesia e o Presidente, querem e gostam de tomar as suas decisões dentro da máxima legalidade e, é evidente que tudo isto que vamos fazendo, vamos fazendo de forma ponderada e com o máximo de rigor, e portanto relativamente aos nossos pedidos de autorização, são os pedidos que têm que ser



feitos por uma Junta de Freguesia, que é a maior Junta de Freguesia, a norte de Sintra, que tem um Orçamento um milhão e quinhentos e cinquenta mil euros e que governa um território onde habitam cinquenta e cinco mil pessoas e aonde estão sediadas mais de cem instituições, e não é a realidade de noventa e tal por cento das juntas de freguesia do País, essas que atribuem dois ou três subsídios por ano e que têm um apoio da Câmara por ano, esta é a realidade de uma Junta de Freguesia que tem que ter ferramenta para trabalhar no seu dia a dia e responder àquilo que são as necessidades que se colocam por parte das pessoas e por parte das empresas.

- **Senhor Gustavo Leite Gama (PSD):** Reforçando um pouco aquilo que aqui expus há pouco, e de forma a facilitar um pouco a linguagem, porque falei muito de leis e de decretos-leis e artigos e tudo mais, após a resposta do Senhor Presidente da Junta ficamos a perceber então, que se a Junta não cumpre com aquilo que eu aqui expus, significa que não cumpre a Lei, independentemente, independentemente de ter ou não a autorização por parte desta Assembleia, com a aprovação do Orçamento, para apresentar posteriormente ao Tribunal Constitucional em como a Assembleia permitiu, que este Orçamento fosse executado, os protocolos, os financiamentos às entidades os empréstimos e portanto ficamos a perceber dessa forma também, que a Assembleia de Freguesia, então vai estar durante um ano sem desenvolver qualquer tipo de trabalho, se nós não escrutinarmos os protocolos que são feitos e os acordos que são feitos entre nomeadamente a Junta de Freguesia e a Câmara, parece muito redutor lançarmos a ideia que a Junta é altamente transparente, porque tem no site esses mesmos protocolos, até porque, todos os que aqui estamos, os meus colegas de Assembleia de Freguesia, os que aqui estão fomos eleitos pelo Povo e portanto representamos os Mafamudenses e os Vilarenses e temos, penso eu, o direito neste caso, e falando de leis, o direito de ter a informação devida sobre aquilo que a Junta de Freguesia realiza e podíamos aqui escutinar e podemos pôr em causa, podemos como eu disse há pouco concordar e não concordar com aquilo que o Executivo apresenta e aliás para nós não me parece que estejamos a aqui pôr em causa grande entraves, porque há pontos de ligação há situações e medidas em concreto da gestão realizadas pelo Executivo que nós respeitamos e temos esses pontos de ligação, agora ter a maioria, obviamente permite-lhe aprovar este Orçamento e por consequência a proposta que apresenta no meio Orçamento, a proposta que referiu há pouco, a maioria efetivamente

tem-na e portanto isso permite-lhe o tal cheque em branco que eu falava há pouco, no entanto o ter a maioria, não significa que ter o poder absoluto, a Assembleia de Freguesia tem outros representantes, tem o PSD, tem o Bloco de Esquerda, tem o CDS, que também devem ser ouvidos e achados, aliás, se calhar seria favorável à Junta em determinadas circunstâncias, se, se fazem iniciativas, nomeadamente de entregar determinados incentivos a instituições e coletividades às dez e quinze e vinte associações de cada vez, também não me parecia mal, se calhar previamente numa Assembleia de Freguesia



apresentarem esses protocolos à Assembleia e nós depois em devida reunião nos pronunciaríamos sobre as mesmas, portanto não me parece assim descabido de todo e aliás poderia ser um instrumento usado pelo próprio Executivo no sentido de dizer assim, olhe nós até queremos dar um subsídio a tal instituição a tal coletividade, temos que contrair o tal empréstimo e o PSD até foi contra e portanto eles não quiseram que nós vos atribuíssemos o subsídio, portanto até poderia ser um argumento ou argumentos que poderia utilizar este Executivo diante da população, dito isto, obviamente que, já agora aproveito para durante trinta segundos ou um minuto responder às constantes insinuações que aqui são feitas e são constantes, relativamente à bancada do PSD, que nós não desenvolvemos trabalho, que nós não fazemos oposição, que nós não preparamos as reuniões, portanto isso é um argumento constante, e aliás nem deveria ser argumento, porque efetivamente a bancada do PSD faz o trabalho possível com as condições possíveis não somos Executivo infelizmente, não fomos mandatados para tal, mas continuamos a ser cidadãos comuns e como tal, temos a nossa profissão, temos a nossa família, temos também as nossas prioridades e posso dar o meu exemplo pessoal, eu estive a trabalhar e por isso é que cheguei atrasado à Assembleia de Freguesia, estive a trabalhar das oito da manhã às oito da noite, portanto não estive propriamente em lazer, lá está, quando se diz que ser Autarca, quem é obrigado a ser Autarca, nós somos autarcas com muito gosto, agora efetivamente não nos compete a nós, nomeadamente enquanto oposição viver da política, nós não estamos a viver da política, temos as nossas profissões, temos as nossas fontes de rendimento e portanto essa deve ser a nossa prioridade, fazemos o trabalho autárquico com todo o gosto, na medida do possível, mas priorizando obviamente a nossa vida. Dito isto, aproveito em nome da bancada do PSD para dizer que fomos esclarecidos nomeadamente às questões colocadas pelo companheiro João Espinhaço e pelo companheiro António Pereira, o Executivo tem as suas prioridades, respeitamos que está a tentar cumprir o seu programa eleitoral, poderia haver uma outra medida que nós poderíamos acrescentar a este Orçamento, de qualquer das formas é um Orçamento que cabe à Junta, a Junta é conhecedora da realidade e portanto o que esperamos é que de facto consigam cumprir com aquilo a que se compromete nesta Opção e Orçamento para 2019.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Julgo que não fui eficaz na explicação que dei há pouco e vou tentar, dizê-lo de outra forma. Não temos a menor dúvida que estes pedidos cumprem integralmente a Lei e todos os pedidos são traduzidos em contratos e protocolos, portanto não há nenhum empréstimo que não seja traduzido em contrato, não há nenhum apoio atribuído a uma coletividade que não seja traduzido por protocolo, não há nenhum acordo com o Instituto de Emprego ao nível do Gabinete de Inserção Profissional, que não seja traduzido em contrato, ainda hoje assinei um



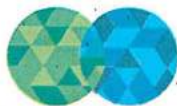
contrato de Emprego e Inserção Social com o Instituto de Emprego para a inserção de pessoas na Junta de Freguesia. Convocar uma Assembleia de Freguesia para assinar um contrato com o cidadão que está desempregado e recebe o subsídio de desemprego ou o Rendimento Social de Inserção e que vem trabalhar para a Junta de Freguesia, convocar uma Assembleia de Freguesia para levar esta situação deste cidadão a uma Assembleia de Freguesia, estamos a falar de uma realidade, que não se coaduna minimamente por uma governação através da Assembleia de Freguesia, isso seria paralisar a Junta de Freguesia. Sobre a questão de legalidade, é legal, tanto é legal que o Tribunal de Contas, ano após ano, dá o visto prévio a estas operações, se não fosse legal o Tribunal de Contas, era o primeiro a chamar à atenção que este tipo de pedidos de autorização não cumpriam a Lei, o Tribunal de Contas pede-nos todos os anos, os pedidos de autorização da Assembleia. O Tribunal de Contas considera que isso cumpre a Lei e dá os vistos prévios aos acordos de execução, acho que está afastada qualquer suspeita de ilegalidade, as decisões, são decisões soberbas, esta é uma decisão do Tribunal de Contas. Depois, qualquer cidadão, membro da Assembleia de Freguesia, poder ir ao site da Junta de Freguesia e ler os protocolos todos, os acordos de execução que a Câmara faz com a Junta e ver se eles cumprem ou não cumprem a Lei, está ao alcance de qualquer membro da Assembleia de Freguesia e dos cinquenta e cinco mil cidadãos desta União de Freguesias, acho que isso é uma faculdade que enriquece muito a Freguesia e a democracia, é um fator de confiança entre a população e a Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia e os autarcas de Mafamude e Vilar do Paraíso, é um selo de confiança, não há nada mais transparente.

- **Senhora Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** É quase uma e dez, o Regimento permite até à uma hora, estamos aqui a discutir coisas que não têm nada a ver nada com o Plano e Orçamento.

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia:** O Regimento não fala até à uma hora, diz três horas após o início dos trabalhos, como não começarmos às nove horas, começamos às vinte uma e quinze, ainda estamos dentro do tempo, temos cinco minutos. Não havendo mais nenhuma inscrição, vamos proceder à votação do ponto 4.2 das Opções do Plano do Orçamento para o ano de 2019, tendo obtido a seguinte votação: Orçamento para 2019, aprovado pela maioria, com os votos favoráveis do PS (12); Abstenções – (PSD 5 + CDU 1 + CDS/PP); Votos contras do BE 2. Teremos uma sessão complementar a esta, para complementar os pontos que ficaram por discutir.

- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente, Eng. Tiago Braga, agradeceu a presença de todos, desejando um bom Natal, dando por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, eram uma hora e catorze minutos do dia quatro





de dezembro de 2018, da qual se lavrou a minuta da presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Carla da Silva Machado, primeira secretária, que a elaborei e subscrevo.

O Presidente da Assembleia de Freguesia,

Carla da Silva Machado

---